
**PERIGO: SINAL
DE ALERTA PARA
AS PARCERIAS
PÚBLICO-
PRIVADAS
(PPPs)**

PERIGO: SINAL DE ALERTA PARA AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPPs)

PERIGO: SINAL DE ALERTA PARA AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPPs)

Nós, 152 organizações da sociedade civil nacionais, regionais e internacionais, sindicatos e associações de cidadãos de 45 países, estamos cada vez mais alarmados com o uso crescente de PPPs ao redor do mundo.

O que são Parcerias Público-Privadas?

Uma PPP é um contrato de longo prazo, respaldado por garantias governamentais, nos quais o setor privado constrói (e algumas vezes executa) grandes projetos de infraestrutura de serviços tradicionalmente providos pelo Estado, como hospitais, escolas, estradas, ferrovias, água, saneamento e energia.

As PPPs são promovidas por muitos dos governos do G20 e por alguns bancos de desenvolvimento – como o Banco Mundial – como solução para o déficit no financiamento necessário para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Desde finais dos anos noventa, alguns países, incluindo o Reino Unido, Portugal e Hungria, adotaram PPPs em setores variando desde saúde e educação até transporte – com consequências alarmantes. Essas parcerias têm sido menos comum em países do Sul global – mas isso está mudando rapidamente, com muitos países da América Latina, Ásia e África aprovando legislações permissivas e dando início a projetos de PPPs.

A experiência das PPPs tem sido esmagadoramente negativa e muito poucas PPPs dão resultados de interesse público. Entre os problemas mais comuns estão:

A AMEAÇA ÀS FINANÇAS PÚBLICAS: As PPPs costumam ser caras e de alto risco

As PPPs são, na maioria das vezes, o método mais caro de financiamento. Elas custam aos governos – e, conseqüentemente, aos cidadãos - significativamente mais a longo prazo do que se os projetos tivessem sido diretamente financiados através de empréstimos do governo. Apesar de tudo, elas são atrativas porque podem ser ocultadas nos “balançetes” para que não apareçam nos orçamentos e nos valores da dívida pública, criando uma ilusão monetária. Além disso, apesar das reivindicações do contrário, as PPPs muitas vezes são mais arriscadas para os governos do que para as empresas privadas envolvidas, já que o Governo pode ser obrigado a intervir e assumir os custos se as coisas derem errado. Por exemplo:

- Uma PPP de um hospital em Lesoto custa três vezes mais do que o hospital que ela substituiu - US\$67 milhões por ano – consumindo mais da metade do orçamento público para a saúde.

- A PPP do Hospital St. Bartholomew no Reino Unido envolveu inicialmente uma inversão do setor privado de £1.149 bilhões, mas deixou o setor público com a obrigação de pagar seis vezes mais - £7.194 bilhões – entre 2007 e 2048. Esses gastos extremamente elevados obrigaram cortes nos serviços de saúde e na qualidade do serviço prestado pelas autoridades de saúde locais.

- Na Libéria, o contrato de PPP com a Bridge International Academies, uma rede comercial de escolas respaldada pelo Banco Mundial, custa entre 13 e 21 vezes mais do que escolas do Governo e os estudantes foram expulsos em massa de seus colégios originais.

A AMEAÇA À IGUALDADE: As PPPs costumam não abordar a desigualdade entre os gêneros ou a crescente diferença entre ricos e pobres

Há o risco de que as PPPs promovam a desigualdade ao beneficiar aqueles que já são ricos – isto é, os proprietários de ativos que investem e se beneficiam de projetos de PPPs – extraindo ao mesmo tempo as riquezas daqueles que já são pobres e vulneráveis, incluindo as mulheres. Quanto mais os governos pagam às empresas privadas, menos podem gastar em serviços sociais essenciais e sensíveis ao gênero, como as proteções sociais universais, vitais para proteger e avançar os direitos das mulheres. Além disso, as PPPs muitas vezes vem com tarifas novas ou aumentadas para os usuários dos serviços, como por exemplo:

- Os altos custos das PPPs no sistema de eletricidade na Tanzânia foram repassados aos consumidores, aumentando as tarifas de energia elétrica em 40 por cento em somente um ano.

- A PPP para a atenção terciária lançada em Karnataka, no sudoeste da Índia, sofreu de má governança, contabilidade e mecanismos de reparação de queixas, com uma redução rápida do acesso aos serviços para os paciente abaixo da linha de pobreza.

A AMEAÇA À DEMOCRACIA: As PPPs elevam o risco de corrupção e reduzem a capacidade dos governos de legislar no interesse público

Os contratos de PPPs são extremamente complexos. As negociações estão cobertas por confidencialidade comercial, tornando mais difícil para as organizações da sociedade civil e aos parlamentares de examiná-las. Essa carência de transparência aumenta significativamente o risco de corrupção e mina a responsabilidade democrática. Por exemplo:

- Na Austrália, uma Comissão Independente contra a Corrupção descobriu que políticos influenciaram ilegalmente uma decisão de uma PPP de água, de modo que 60 milhões de dólares australianos provenientes de dinheiro público fossem desviados a um ministro, sua família e seus associados.

- A construtora brasileira Odebrecht subornou oficiais do Governo em diversos países da América Latina. O preço de uma PPP para uma estrada conectando o Brasil e o Peru passou de US\$80 milhões para US\$2.3 bilhões por meio de processos de renegociação corruptos.

Além disso, os contratos de PPP muitas vezes minam o direito e a obrigação do Estado de legislar para proteger o interesse público. As PPPs podem limitar a capacidade dos governos de promulgar novas políticas – por exemplo, regulações ambientais ou sociais reforçadas – que podem afetar projetos específicos. Ademais, as PPPs ameaçam ainda mais a democracia nacional, já que os contratos das PPPs tendem a favorecer um julgamento internacional opaco e irresponsável em lugar de tribunais locais ou nacionais, sem considerar as desvantagens desses sistemas de resolução de controvérsias investidor-Estado (ISDS, sigla em inglês). Segundo os contratos de PPP propostos pelo Banco Mundial, o Estado pode até ser responsável pelos custos relativos às greves de trabalhadores.

- Em Manila, depois que a operadora privada de água Manila Water Company (MWC) aumentou as tarifas de água em 845%, o regulador público recusou outro aumento nas tarifas. A MWC levou o regulador público a arbitragem na Câmara de Comércio Internacional. O painel de arbitragem recusou a alta nas tarifas da MWC e agora a MWC está buscando uma compensação de US\$1.79 bilhões do Governo pelas perdas de lucro projetado. Apesar disso, o Banco Mundial promoveu o projeto como sendo exitoso.

A AMEAÇA AOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS: As PPPs podem provocar abusos dos direitos humanos, sociais e ambientais

As PPPs são atualmente uma maneira popular de financiar “projetos de Mega Infraestrutura”, mas as represas, estradas, plantações de grande escala, oleodutos e infraestrutura energética intensiva em carbono podem destruir habitats, deslocar comunidades e destruir recursos naturais como rios e lagos. As PPPs também levaram a deslocamentos forçados, repressões e outros abusos aos manifestantes, às comunidades locais e aos povos indígenas. Por exemplo:

- A represa Bujagali – um projeto de PPP de US\$860 milhões em Uganda financiado conjuntamente pelo Banco Africano de Desenvolvimento, pelo Banco Europeu de Desenvolvimento e o Banco Mundial – causou danos ao Lago Vitória e aos meios de subsistência da população local.

Existe também um número crescente de PPPs envolvendo energia suja, como petróleo, gás, carvão e resíduos de incineração de energia, dos quais todos contribuem à mudança climática. E as legislações ambientais e sociais são cada vez mais enfraquecidas com o objetivo de criar um ambiente empresarial “competitivo” para as PPPs.

O que estamos pedindo?

Solicitamos ao Banco Mundial, ao Fundo Monetário Internacional e a outros bancos públicos de desenvolvimento, juntamente aos governos dos países mais ricos:

- Parar a promoção agressiva e o incentivo às PPPs para o financiamento da infraestrutura social e econômica e reconhecer publicamente os todos os riscos que as PPPs implicam, incluindo riscos financeiros.
- Apoiar os países a encontrar os melhores métodos de financiamento de serviços públicos em infraestrutura, os quais sejam responsáveis e transparentes, ambientalmente e fiscalmente sustentáveis e alinhados com as obrigações para com os direitos humanos.
- Priorizar e aumentar os recursos domésticos através de financiamento preferencial e não preferencial a longo prazo, para assegurar serviços públicos eficientes e responsáveis.
- Garantir altos padrões de transparência, particularmente no que diz respeito à contabilidade de fundos públicos e à divulgação de contratos e relatórios de desempenho dos projetos de infraestrutura social e econômica.

Por fim, incentivamos todos os interessados na justiça, na igualdade, na sustentabilidade e nos direitos humanos que resistam à invasão das PPPs e que, em lugar delas, fomentem a prestação de serviços públicos de alta qualidade, financiados com fundos públicos, controlados democraticamente e sujeitos a prestação de contas. O bem estar de nossas comunidades e sociedades depende disso.

1. 11.11.11
2. ActionAid International
3. Africa Network for Environment and Economic Justice
4. African Forum and Network on Debt and Development (AFRODAD)
5. African Law Foundation
6. Alliance Against Conflict of Interest
7. Ambiente y Sociedad Colombia
8. APIT Portugal (Tax and Customs Inspectors Trade Union)
9. Arab NGO Network for Development (ANND)
10. Asian Peoples Movement on Debt and Development
11. Asociación de Usuarios del Agua de Saltillo
12. Asociación Gremial Obreros empleados de Ceamse
13. Asociación Nacional de Industriales de Transformación A.C. (ANIT)
14. Asociación Sindical de Servidores Públicos del Ministerio de Defensa, Fuerzas Militares, Policía Nacional (ASODEFENSA)
15. Attac France
16. Baby Food Action Network
17. Bangladesh Women Welfare Workers Union
18. Bank Information Center
19. Berliner Wassertisch
20. Both ENDS
21. Brazilian network for peoples integration (REBRIP)
22. Breastfeeding Promotion Network of India
23. BRICS Policy Center
24. Centre for Human Rights and Climate Change Research
25. Centro de Iniciativas en Políticas Ambientales
26. Centro de los Derechos del Campesino
27. Centrale générale des Services publics – Administrations Locales et Régionales (CGSP ALR)
28. Centrale générale des Services publics – Administrations & Ministères (CGSP AMiO)
29. Citizens' Initiative for the non privatisation of Water in Greece
23. CNCD-11.11.11
31. Collectif des Associations Citoyennes (CAC)
32. Collectif des ONG pour la Sécurité Alimentaire et le Développement Rural
33. Community & Public Sector Union
34. Comisión Nacional Enlace
35. Comité Defensor del Patrimonio Histórico, Cultural y Ambiental de Puebla
36. Consejo Laboral Afrocolombiano (CLAF)
37. Coordinadora Civil
38. Corner House UK
39. Corporate Accountability International
40. Council for the Regulation of Freight Forwarding in Nigeria
41. Counter Balance
42. Debt and Development Coalition Ireland
43. Debt Justice Norway
44. Democratic Nursing Organisation of South Africa
45. Derecho Ambiente y Recursos Naturales (DAR)
46. Development Alternatives with Women for a New Era (DAWN)
47. Diálogo 2000 - Jubileo Sur Argentina
48. East African Centre for Human Rights (EACHRights)
49. Eau Secours 34
50. Ecoa – Ecology & Action
51. Education International
52. Environmental Association Za Zemiata - Friends of the Earth Bulgaria
53. EPSU European Federation of Public Service Unions
54. Erlassjahr.de (Jubilee Germany)
55. European Network on Debt and Development (Eurodad)
56. European Services Strategy Unit
57. European Water Movement
58. Federación de Asociaciones de Medicus Mundi en España
59. Federación de Empleados y Empleadas de los Servicios Públicos
60. Federation des syndicats du secteur public ISP/Mali
61. Fédération Nationale des Syndicats du Secteur Public du Mali FNSSP/MALI
62. Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados (FENAJUD)
63. Federation of Universities Senior Staff Associations of Ghana of Trades Union Congress
64. Federación Trabajadores Municipales Santa Fe
65. Focus Association for Sustainable Development
66. Fondazione Finanza Etica
67. Food & Water Europe
68. Food & Water Watch
69. Foro Social de Deuda Externa y Desarrollo de Honduras (FOSDEH)
70. Foundation Krila nade/Wings of Hope
71. Frente Cívica
72. Fundación Ambiente y Recursos Naturales (FARN)
73. Fundación Jubileo Bolivia
74. Fundación para el Desarrollo de Políticas Sustentables
75. Fundación SES
76. Gemeingut in BürgerInnenhand
77. Gender Action
78. Gender & Development Network
79. Global Initiative for Economic, Social and Cultural Rights
80. Global Peace and Development Organization
81. Global Policy Forum
82. Government Services Employees Association
83. Heinrich Boell Foundation-North America
84. Inclusive Development International
85. INFACIT Canada/IBFAN North America
86. Iniciativa para las Inversiones Sustentables China-América Latina
87. Institute of Church and Society
88. Instituto Brasileiro da Análises Sociais e Econômicas (IBASE)
89. Instituto Jajachupan
90. Instituto Justiça Fiscal
91. Internacional de Servicios Públicos (ISP)
92. International Code Documentation Centre
93. International Rivers
94. International Trade Union Confederation
95. IT for Change
96. Jamaa Resource Initiatives Kenya
97. Jubilee Debt Campaign
98. Jubilee Scotland
99. Kairos Europe
100. Kenya National Union of Nurses
101. KRUHA Indonesia (the People's Coalition for the Right to Water)
102. Latin American Network on Debt, Development and Rights (Latindadd)
103. Local Authorities Employees Union
104. Lumière Synergie pour le Développement
105. Médecine pour le Tiers Monde
106. Nagpur Municipal Corporation Employees Union
107. National Justice & Peace Network
108. National Public Service Workers (NPSW)
109. National Society of Conservationists - Friends of the Earth Hungary
110. National Workers' Union of Mali
111. NGO Forum on ADB
112. Norwegian Civil Service Union (NTL)
113. Observatorio de la Deuda en la Globalización
114. Otros Mundos / Chiapas
115. Oyu Tolgoi Watch
116. Public Service International
117. Public Services Labor Independent Confederation
118. Public Service Union (USE)
119. Public Services Workers Union of TUC
120. Red de Organizaciones de la Sociedad Civil de Managua
121. Red Mexicana de Acción frente al Libre Comercio (RMALC)
122. Red Nicaragüense de Comercio Comunitario
123. Right to Education Initiative
124. Rivers without Boundaries Mongolia
125. SANIPLAN
126. Sindicato de Funcionarios de la Essap
127. Sindicato Único de Trabajadores del Gobierno de la Ciudad de México
128. SINTRAEMCALI - Empresas Municipales de Cali
129. Sisters of Charity Federation
130. Society for International Development (SID)
131. Society of Catholic Medical Missionaries
132. State Public Services Federation Western Australia Branch
133. SÜDWIND e.V. - Institut für Ökonomie und Ökumene
134. Syndicat des Agents de l'électricité et du combustible (Synasec)
135. Syndicat de la fonction publique et parapublique du Québec
136. Syndicat National des Personnels Communaux de Cote d'Ivoire
137. The Bretton Woods Project
138. Third World Network (TWN) Africa
139. Transnational Institute
140. Transparência e Integridade, Associação Cívica
141. Turkish Medical Association
142. Tzuk Kim pop/Guatemala
143. Unión General de Trabajadores
144. Unión Internacional de Trabajadores de Organismos de Control (UITOC)
145. Umeed-e-Nao Citizen Community Board
146. Unión de Sindicalistas de Emcali (ASOSIEMCALI)
147. UNISON - the Public Service Union
148. urgewald
149. WEED – World Economy, Ecology & Development
150. Wemos Foundation
151. World Public Health Nutrition Association
152. Zambia United Local Authorities Workers Union
153. Zukunftskonvent

Para maiores informações, por favor entre em contato com mromero@eurodad.org

Manifesto das Organizações da Sociedade Civil contra as Parcerias Público-Privadas

Formulário de registo para organizações

Caso a sua organização deseje fazer parte da lista de signatários do Manifesto contra as Parcerias Público-Privadas, por favor preencha esse formulário e envie-o para cgonard@eurodad.org

1. Organização Signatária

Nome	
País	
Número de afiliados (caso existam)	

2. Pessoa de contato

Nome	
Cargo	
Email	
Skype ID	
Telefone	
Endereço	

Eu confirmo, por meio desta, que a minha organização aceita ser signatária do Manifesto das Organizações da Sociedade Civil contra as Parcerias Público-Privadas

Data:

Assinatura: